



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 23/2016

----- Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e quinze minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Informou que por se tratar de reunião extraordinária apenas tem lugar o período antes da ordem do dia e de continuidade à mesma lendo a respetiva ordem de trabalhos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - REVISÃO DOS TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS PREVISTOS NO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do exposto e de acordo com os fundamentos constantes da justificação económico-financeira, que a formação tarifária dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos para o ano de 2017 seja a constante no ponto V da citada justificação e que após a sua aprovação o tarifário será remetido à ERSAR, acompanhado da deliberação que o aprovou e da respetiva fundamentação económico-financeira, nos termos do artigo 11.º-A do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, na sua atual redação, e publicitado nos serviços de atendimento, nos respetivos sítios da Internet das entidades gestora e titular e nos restantes locais definidos na legislação aplicável. -----

----- Sobre esta matéria referiu ainda que as simulações que realizaram para implementar este novo tarifário apontam para uma redução do valor da fatura nos

tarifários domésticos, até cinco metros cúbicos, cerca de dez por cento, entre cinco e vinte metros cúbicos, cerca de oito por cento e com a redução do valor a diminuir o aumento do consumo para desincentivar os consumos excessivos de água, como defende a própria entidade reguladora. Nos tarifários não-domésticos a redução do valor da fatura destes três serviços será de cerca de oito por cento para o consumo até cinco metros cúbicos, sete por cento para consumos de dez metros cúbicos, seis por cento para os consumos de quinze metros cúbicos e cinquenta metros cúbicos. Disse ainda que estas reduções têm em conta o padrão de consumo do não doméstico ou principalmente na restauração local que sendo uma elevada consumidora de água é também grande geradora de resíduos urbanos. Além destas reduções, a Câmara absorve ainda os custos relativos ao aumento dos preços praticados pelos fornecedores de água e serviços ao município, ou seja tendo em consideração a atualização do tarifário para dois mil e dezassete, isso não é refletido na fatura ao consumidor, pois esperam vir a recuperá-los, bem como o ligeiro défice que este tarifário gera, graças ao investimento em curso de telegestão e da intervenção no sistema de abastecimento de água, nomeadamente com a redução das perdas. Estas medidas refletem-se numa redução de dez por cento da receita do município neste setor.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----
----- Iniciou a intervenção referindo que sobre este ponto muito haveria a dizer, muito há para fazer, mas a CDU vai ser “curta e grossa”, ou seja, faz no próximo dia dois quarenta anos do “25 de abril”. Houve eleições para o Poder Local, no dia dois de abril de mil novecentos e setenta e seis, referindo que quarenta anos são quatro décadas, e há trinta anos que se entrou para a União Europeia e muitos diziam que isso resolveria tudo, mas já houve quatro Quadros Comunitários de Apoio, para a infraestruturação e para a criação de condições que dignificasse a pessoa humana e as populações, em particular. Volta-se aqui para abordar esta matéria, com o que se congratulou, para de certa forma tentar atenuar um aumento brutal que houve em julho do ano passado, com efeitos no último trimestre do ano transato, que houve nas tarifas da água, na recolha de resíduos, de que pouca gente fala, e do saneamento básico. De todas as críticas que se possam fazer aos anteriores executivos por terem optado por não usar, todas as possibilidades, ao tempo, foram as possíveis, vieram as Águas do Oeste, chegando a pagar-se água que não se consumia, água da chuva, como se fosse saneamento básico, quando foram negociados mínimos que raramente se atingiam, com a megalomania de uma cidade nova, na saída de Rio Maior, com quinze mil

habitantes, não se renegociou esse protocolo, portanto o acumular nesta área é muitas vezes, para quem tenta ler e compreender, porque não esteve no exercício desse poder, que este setor que devia ser um setor estruturante da vida coletiva, foi sempre um setor mal querido, porque como diz a voz popular, a água e os esgotos, estão debaixo do chão, logo não dão votos e, em muitos casos, não foi a prioridade das prioridades. Referiu que se estava numa altura em que, provavelmente, ainda se continua a ter rácios do que recebemos em alta, pago em cinquenta por cento, que não deve ir além disso. Também os investimentos que estão a ser feitos, visam melhorar, mas o que aí vem, porque são quarenta anos de uso, quer nas canalizações, quer nos coletores de águas pluviais que são necessários, quer nos aparelhos para medir os caudais, quer nos ladrões, quer nas ligações diretas, levantam de tal maneira, dúvidas que este campo não se pode ficar por um campo de reduzir apenas os tarifários, embora se congratule com qualquer baixa e, certamente pagar menos um euro tem o seu significado para, pois de euro, em euro, se faz o governo da casa.-----

Aditou estar na altura de todos se prepararem para os investimentos que vão ser necessários e que o quarto Quadro Comunitário não contempla, daí a necessidade de preparar, não só a saída da atual Divisão das Águas, mas tudo se preparar para estudar a entrada nas Águas do Ribatejo, porque comparando uma e outra, gostaria que houvesse estudos que provassem se não é mais eficaz. Disse ainda que, não havia, nem há, e Torres Novas não fazia parte do Ribatejo, faz parte apenas há quatro anos e foi a única forma que encontrou para ter um investimento em quatro anos, de trinta e dois milhões de euros, nas infraestruturas, significando isto que, sendo este um tema que também apresenta na gestão de alguma incompreensão, por parte das pessoas, porque avança-se com um aumento brutal, depois retrocede-se com esse mesmo aumento, o que dá, nitidamente a ideia, de que mesmo o Executivo, com estes sete anos, tem alguma dificuldade em lidar com este problema.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre esta matéria referiu, em tom humorístico, que “virá o dia em que se vai marcar uma reunião para tratar dos assuntos do vinho”. O assunto em discussão mexe com a vida das pessoas e com a qualidade do serviço público de abastecimento de água, saneamento e dos resíduos sólidos e urbanos, um assunto estratégico pelo que deve ser devidamente analisado, com detalhe, rigor e responsabilidade e disse que essa responsabilidade, ficou desde logo, á priori, comprometida, porque continuam a não receberem a informação, atempadamente, e referiu que tivera conhecimento do mesmo através do Vereador Carlos Nazaré, que esta reunião estava confirmada e

formalmente recebera a informação na segunda-feira ao final do dia e quando consulta a plataforma cerca das dezassete horas, e a documentação ainda não estava disponível, e não estavam a ser respeitados os prazos legais para a disponibilização da informação, que são as quarenta e oito horas. Assim, solicitou para que no futuro, se voltem a respeitar os prazos de disponibilização da informação para que os possam ler e analisar com atenção. -----

----- Aditou que depois de o analisar o documento tinha algumas dúvidas sobre os valores que ali estão espelhados, pois ao ler a conclusão congratulavam-se com algumas das informações que ali constam, pois há uma diminuição global de dez por cento, que, ainda assim a inflação prevista para dois mil e dezassete é de um ponto dois e no resumo financeiro diz que o resultado líquido do exercício de dois mil e dezasseis, apresenta um resultado líquido negativo de setecentos e trinta e dois mil euros, questionando, se depois dos aumentos brutais que houve do tarifário da água, chega-se ao ano de dois mil e dezasseis, com um resultado líquido do exercício, deficitário, em setecentos mil euros, ainda. Referiu que no entanto com o tarifário que está a ser proposto para dois mil e dezassete prevê-se um saldo líquido positivo de vinte mil, duzentos e cinquenta e seis euros, solicitando esclarecimentos para esta dúvida.-----

----- Também referiu a diminuição brutal, ou seja se há uma diminuição do valor global em dez por cento, ainda assim os proveitos duplicam porque se passa de proveitos globais de novecentos e noventa e cinquenta e quatro mil euros, em dois mil e dezasseis, sendo a previsão para dois mil e dezassete, de um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil euros, baixando o valor, daí questionar se iria haver mais residentes ou mais empresários, ou seja como se explicava esta duplicação das vendas. Questionou também, em termos de prestação de serviços das águas, que os valores baixem de quinhentos mil euros, para três mil euros, em dois mil e dezassete. Referiu ainda que da análise feita aos escalões e tarifários e perceberam que no abastecimento de água no primeiro escalão há uma diminuição de um cêntimo, no segundo escalão verifica-se também uma diminuição de um cêntimo, ou seja são diminuições no primeiro escalão de cerca de um e meio por cento e no segundo escalão a diminuição não chega a um por cento, assim como no terceiro escalão. Quanto às águas residuais verifica-se um aumento no primeiro escalão de doze por cento, no segundo escalão um aumento de nove por cento e no terceiro escalão, um aumento que não chega a um por cento. Lendo a conclusão do documento que aponta para uma diminuição de dez por cento, mas ainda assim ficava com muitas dúvidas sobre o alcance desta medida e sobre o impacto da mesma, embora não duvide da generosidade, da bondade e da boa-fé da proposta apresentada, mas tinha dúvidas

quer técnicas, quer políticas sobre o documento e gostaria de ser esclarecido. Opinou que a Câmara poderia ter ido mais longe, recordando que não estivera presente na reunião que aprovou os novos tarifários, tendo ficado sempre com muitas dúvidas e não conseguia aceitar e tolerar que seja o consumidor, que de um momento para o outro e de forma, muito em catadupa, a suportar todos estes custos, face ao que é o nível de inflação, e embora defenda o princípio do utilizador/pagador, defendia também, moderação, justiça e equidade nos aumentos. Espera que para o ano de dois mil e dezassete o que está a ser proposto é, ainda, face ao ano de dois mil e quinze, um aumento brutal dos valores associados ao tarifário.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por se congratular que a Senhora Presidente tivesse honrado o compromisso assumido porque é o último dia possível para fazer esta redução de custos e poderia ter evocado a falta de parecer do regulador, pedido em tempo oportuno e que ainda não chegou porque não lhe interessa que os municípios façam uma gestão sustentada dos sistemas, quando ela se traduz em redução de custos. Referiu também que concordava com o Vereador Augusto Figueiredo quando diz que se deve mudar o sistema e isso na sua opinião traduz-se numa nova abordagem de todo este setor, de forma que os custos não sejam calculados nos mini sistemas que servem cada um dos municípios, mas que os custos sejam calculados dos sistemas de uma forma global e geral, permitindo que haja economias de escala e que a água, seja um bem essencial, com um preço universal, igual para todos e com uma maior justiça social, sendo assim que tem que funcionar e obviamente só a gestão pública poderá assegurar estes princípios de gestão do sistema.-----

----- Referiu que não estavam satisfeitos com a proposta apresentada, entendendo que se poderia ter ido um pouco mais além, dado que em termos globais esta proposta representa uma redução na ordem dos dez por cento, mas coloca-se aqui uma decisão política, dado que a não aprovação desta proposta, implica que os riomaiorenses continuem a pagar aquilo que foi aprovado anteriormente e, todos querem que os munícipes paguem o menos possível, mas entendiam que esta proposta que consideram que ficou aquém das expectativas, poderia ter ido mais longe porque se foi aprovado anteriormente uma proposta de aumento de preços brutal, que teve em consideração a necessidade de investimento extraordinário, de forma a estancar uma das razões da falta de sustentabilidade do sistema, relacionado com as percas de água, o investimento tem vindo a realizar-se e, na altura, os estudos que sustentaram esse brutal aumento que foi necessário fazer, apontavam, em termos globais, para percas na ordem dos cinquenta por cento e agora não viam refletido

neste estudo esse investimento feito, extraordinário, dado que estavam na expectativa que ali estivesse refletido e trouxesse uma redução mais significativa.-----

----- Salientou que o município de Rio Maior, que tem a sua estratégia política e social, mas verificava que esta tabela também não reflete, de uma forma bastante expressa essa necessidade social, onde o primeiro escalão de domésticos, em situação de famílias numerosas vai até aos quinze metros cúbicos, dado que a proposta apresentada, mantém os cinco metros cúbicos. Sugeriu que a Câmara estudasse, pois há municípios no distrito, de diversas conotações políticas, que integram de uma forma global, políticas sociais acentuadas, sendo que o município de Rio Maior, infelizmente ainda não faz parte desse grupo, e gostaria que isso acontecesse a curto prazo. -----

----- Continuou a intervenção referindo que acredita no trabalho que os técnicos fizeram, muito criterioso e espera que no próximo ano se faça o mesmo trabalho e que sejam equacionados, porque os investimentos continuam e estão previstos no plano, e agora já com algum conforto dos Fundos Comunitários, pelo menos enquanto previsão global, na ordem dos quatro milhões de euros de investimento no setor, os quais se devem traduzir numa redução de custos, essencialmente na eliminação de percas e na boa gestão, mas também gostaria de ver resolvidas outras questões e que se refletem em custos para os munícipes, nomeadamente a questão da falta de investimento das Águas do Oeste, das Estações de Tratamento, cujas infraestruturas, em baixa, estão feitas pelo município há mais de dez anos, estão a estragar-se e um dia a sua reparação tem custos, não se podendo cobrar esse serviço porque as estações de tratamento não foram feitas e não são da responsabilidade do município. Disse ainda, que quando estes assuntos são apresentados devia haver uma política do Executivo chamar a atenção e responsabilizar a quem está a falhar e, se necessário for, porque sempre se esteve disponível para isso, de dirimir em termos litigiosos a responsabilidade que não é do município de Rio Maior, que de boa-fé, afetou Fundos Comunitários para esses investimentos que não estão a ser aproveitados, e estão a honrar o setor. -----

----- Referiu ainda a questão do saneamento onde têm de ser feitos investimentos na rede separativa, pois não se pode andar a pagar água da chuva como resíduo e os investimentos previstos possam de alguma forma criar outra sustentabilidade, de forma que se pague apenas o que é esgoto tratado e não se pague o que é fluvial, porque infelizmente não há ainda sistemas separativos. Assim, acreditando que se trata de honrar o compromisso e de uma intenção de diminuir os custos e outros que possam ter com a manobra eleitoral, mas de facto o que está em causa é uma tentativa de reduzir custos e nesse jogo das boas intenções, nas quais acredita, indicou o sentido de voto como favorável, porque representa uma redução de custos e

quero acreditar que os investimentos que estão previstos no estudo permitam no próximo ano, que não ano eleitoral, e seja qual for o Executivo, que apresente uma proposta que crie condições de sustentabilidade para que uma nova proposta de adequação de custos possa novamente reduzir os custos aos munícipes.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Relativamente a esta matéria referiu que com esta proposta se cumpria a promessa feita pela Senhora Presidente quando há cerca de um ano, foram revistos em alta os valores a pagar relativamente a água, resíduos sólidos e tratamento de águas residuais, e hoje aqui estamos para rever, em baixa, os valores que poderão não ser os ideais, mas são os possíveis face á boa gestão que é necessário fazer. No decurso deste ano o aumento em alta, permitiu ao município rever uma série de investimentos com vista á redução em grande parte das perdas de água existente ao longo dos anos, contudo ainda muito há para fazer, nomeadamente a renovação da rede de água de abastecimento á cidade, bem como outros alertas feitos pelo Vereador Carlos Nazaré. Referiu ainda a necessidade de continuação de investimento tanto na área de abastecimento de água como na rede de tratamento de águas residuais e relativamente a estas, lembrou uma candidatura feita e que foi reprovada. Disse ainda que o município irá continuar a fazer um esforço financeiro de forma a dotar o concelho de um sistema economicamente sustentável, pese embora todas as circunstâncias políticas externas e sistemas que regulam ou que se impõem aos diferentes municípios e cuja influência se faz sentir na fatura mensal.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre este assunto começou por felicitar e dar os parabéns aos serviços, na pessoa da Dra. Anabela Leal, por todo o empenho e dedicação e pelo excelente estudo realizado e que permite tomar uma decisão.-----

----- Referiu que ninguém se sentia confortável ao fazer aumentos, mas o que foi feito há um ano, foi cumprir a Lei das Finanças Locais, quando esta diz que o valor cobrado relativo aos serviços prestados não pode ser inferior ao custo dos mesmos. O Executivo também disse que assim que se verificassem aumentos de eficiência, assim que se conseguisse que os custos diminuíssem, isso iria refletir-se no consumidor, salientando que o objetivo foi atingido e com os investimentos efetuados e com a previsão que há para o próximo ano, conseguiu-se uma diminuição de dez por cento. Também no futuro, aquilo que deve ser feito é, com os investimentos que vão continuar a ser feitos e sempre que haja ganhos, eles sejam refletidos anualmente para o consumidor, no mês de novembro, que é quando se procede a esta alteração. Salientou que estão a cumprir com o que se comprometeram, cumprindo a Lei das

Finanças Locais, diminuindo o custo aos consumidores, fazendo em simultâneo os investimentos e sendo eficientes, fazendo o que tem que ser feito, para cada vez mais os consumidores tenham os serviços com menores custos e de qualidade.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Congratulou-se com a coerência de discurso do Vereador Carlos Nazaré, porque na altura tomou uma posição pessoal, difícil, e agora, voltou a ter coerência relativamente aquilo que tinha dito o que demonstra a coragem, a capacidade de raciocínio, e também algo que é muito importante em política, quer se queira, quer não, ou seja a experiência, pois ninguém nasce ensinado, e ser autarca é uma escola e todos têm direito a uma primeira experiência e quem pensa que sabe tudo está errado, pois considerava que apesar da sua experiência política de trinta anos, ainda tinha muito para aprender. Referiu que também não podia ser esquecido que desde que foi assinado o protocolo com as Águas do Oeste, e transversal a todos os governos, foi ver qual o que cumpriu menos.-----

----- Aditou verificar-se que Rio Maior continua dividido, pois continua ligado às Águas do Oeste e às Águas de Lisboa, sendo que no saneamento ficou ligado á nova empresa que foi constituída e não poderá ser esquecido que vão ser trinta anos, a partir de dois mil e dezasseis, em que se fica ligado ao compromisso assumido, sendo a contrapartida que em dois mil e vinte e sete se passaria a pagar menos dez cêntimos por metro cúbico de saneamento. Também quando se fala que as Águas do Ribatejo funcionam bem, e referiu que nas últimas reuniões havidas com o Ministro e com o Secretário de Estado, constata-se que ainda há alguma indecisão, ou seja cada qual tem a sua ideia, mas ainda nada está definido, constatando-se também, que quando algum dos autarcas sugere algo, verifica-se que quem tem direito de decisão, hesita, o que é mau, porque fala-se nos bastidores que a linha mestra ainda não está definida com segurança.-----

----- Sobre as estações de tratamento que ainda falta fazer, foi dito numa reunião no Ministério do Ambiente, com a presença do Secretário de Estado, que iria haver um grande esforço da nova empresa que juntou os três subsistemas de saneamento para que os investimentos previstos nas estações de tratamento se concretizassem, mas nunca foi dito quando, considerando que foi dito pelo Engº Arménio, que a Direção Geral do Património não dá luz verde relativamente á conduta passar pela antiga plataforma do caminho-de-ferro, tudo situações que irão ter reflexo na decisão que vai ser tomada, assim como teve reflexos nas decisões tomadas no ano transato, considerando que quando se fala de aumentos obscenos e brutais, e todos são consumidores, referindo que quando se fala em igualdade, todos devem contribuir

para a gestão equilibrada do município e como também é do domínio público, estava-se com cerca de cento e dez mil euros de déficit mensal em águas, saneamento e resíduos e a partir do momento que se atualizou o preço da água, de acordo com as leis em vigor, automaticamente os outros subiram. Frisou que a decisão tomada foi devidamente ponderada, sendo também uma tentativa de, a médio prazo, com os investimentos já realizados, que rondam cerca de um milhão e cem mil euros, com cerca de trezentos mil euros de investimento a decorrer, estando previsto para dois mil e dezassete/dois mil e dezoito, mais oitocentos mil euros para se tentar minorar as perdas de água no concelho.-----

----- Continuou a intervenção referindo que toda a situação era complicada porque se fosse uma resolução fácil não seria por acaso que tem andado empresas com professores do Instituto Superior Técnico a acompanhar o processo e reconheciam a existência de problemas muito graves, daí a necessidade de se continuar a investir fortemente nas perdas de água, na separação do saneamento, porque o município de Rio Maior, como muitos outros, não tinha cadastro das águas, não se sabe o tipo de condutas que existem, não se sabe qual a quantidade de água que sai dos depósitos, pois ao longo da rede há muitas perdas, frisando que com as pequenas obras que estão a acontecer, tem-se verificado que em certos locais tem havido diminuição da pressão de água e quando se tenta normalizar a mesma num determinado local há rebentamentos noutras locais, apesar do sistema tender para o equilíbrio, estando a intervenção prevista para março/abril.-----

----- Sobre a intervenção do Vereador Augusto Figueiredo referiu que, quando afirma que se pagou água que não se gastou, esclareceu que isso não corresponde à verdade, porque a Câmara contestou e os processos estão em Tribunal. Informou ainda que quando saiu a candidatura para o Ciclo Urbano da Água, a mesma foi reprovada porque não tinha enquadramento, dado que aviso foi feito tendo em vista uma determinada realidade.-----

----- Sobre os números falados pelo Vereador Daniel Pinto referiu que havia dados que não podiam ser comparados, ou seja em dois mil e quinze a Câmara teve nove meses com o tarifário antigo e apenas três meses com o tarifário em vigor. No ano de dois mil e dezasseis houve nove meses com o atual tarifário, daí que a análise não possa ser feita dessa maneira, pois se assim for, em vez de haver uma redução de dez por cento, ainda se concluiu que há um aumento de trinta por cento. -----

----- Terminou a intervenção referindo que iria votar favoravelmente a proposta apresentada porque, independentemente de se estar num período pré-eleitoral trata-se da diminuição possível, e não pode ser esquecido que é necessário manter o equilíbrio e neste momento o sistema irá ter um déficit ainda maior, pelo que terá de ser feita

uma gestão muito rigorosa para que o município tenha verba disponível para manter os investimentos, mesmo que os mesmos venham a ser cofinanciados.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que após as intervenções feitas relevava que tudo isto não era de um ano, nem de uma década, daí que a pergunta que fizera há um ano voltava agora a fazer, dado que a decisão da maioria PSD/CDS foi durante sete anos não atualizar os tarifários de acordo com a taxa de inflação, como recomendado pela ERSAR, o que significava que estavam em incumprimento, e acumularam essa dor para resolver tudo num ano. Disse também que no quadro atual, infelizmente é política da União Europeia querer a água privada, o que significa que os tempos que se avizinham, obrigar, provavelmente a recorrer a outras estruturas, como as Águas do Ribatejo para poder fazer investimentos, caso contrário a autarquia vai ter que os suportar sem apoios. Frisou que não devia ser esquecido que ainda há vinte por cento de riomaiorenses que não têm saneamento básico.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Para finalizar este assunto admitiu que durante os últimos anos não se fez a atualização do tarifário, mas isso é sinal para o consumidor que durante sete anos também não viu aumentar a sua fatura da água, ou seja a mesma não foi atualizada. Considerando que o assunto que está a ser tratado é o serviço mais importantes que o município presta aos munícipes consumidores, a par da iluminação pública, a par dos transportes, a par das refeições escolares, da requalificação e manutenção da rede viária e da limpeza dos espaços públicos, este é a prestação de serviços mais importante, ou seja a recolha e tratamento do lixo e o serviço da água. Aditou que tivera a oportunidade, após a difícil decisão de atualização do tarifário, talvez a mais difícil que tomara ao longo dos sete anos de exercício de funções, de prestar inúmeras explicações sobre esta questão, e alguns munícipes compreendiam, outros nem tanto, mas, mais do que uma questão política, é uma questão de gestão e da necessidade de o fazer porque nos anos anteriores não houve a decisão de o fazer, o que se tivesse acontecido, talvez não tivesse sido tão violento. Assim, e porque a coerência das palavras dos seus Vereadores e a elaboração do trabalho que foi feito para se chegar a estes valores, e agora por questões políticas, também gostaria de ter ido mais além, mas a verdade que apresentam é uma revisão dos preços em baixa, com a possibilidade que o município tem de poder disponibilizar estes serviços ao consumidor, pelos valores que são possíveis, face á sustentabilidade do sistema. Referiu que a tarifa aplicada é em função do consumo e competia ao Executivo regular o consumo da água, enquanto bem escasso que o é. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** de seis votos a favor e uma abstenção do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei no sentido da abstenção porque entendo que este novo tarifário da água se apresenta com uma nova realidade para o ano de dois mil e dezassete, que representa, no meu entendimento, um aumento muito considerável face ao ano de dois mil e quinze. Não estando em causa a redução dos valores face a dois mil e dezasseis, mas se analisarmos num horizonte mais dilatado, chegamos a essa conclusão. Portanto, e não estando em causa a boa-fé da decisão que é tomada, entendo que, face aos níveis de inflação previstos para dois mil e dezassete, e face ao que é o período de sete anos em que o atual executivo não tomou decisões que devia ter tomado, de forma a que os consumidores não sentissem de forma tão intensa o valor do aumento do tarifário, abstenho-me neste ponto.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “A CDU votou a favor por duas razões, a primeira é porque é para pagar menos, portanto é um abaixamento, e porque a CDU foi a única força política que votou contra o brutal aumento. Mas deixar claro á Senhora Presidente e ao Executivo que isto significa que foi o primeiro passo para a nossa pretensão de revogar o aumento e em breve vão-lhe ser entregues cerca de duas mil e quinhentas assinaturas, mas quero dizer que este caminho, atualmente seguido é menos um bocadinho na bolsa dos contribuintes, mas é um ato de contrição que significa que esta Câmara geriu mal o processo das águas, mas como eu sou comunista e não sou “parvo”, não queria que fossem dizer que a CDU não quis que o Povo pagasse menos.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta por dois motivos:- Primeiro: Porque o novo tarifário apresenta uma redução, embora tímida, em relação ao tarifário que está atualmente em vigor; - Segundo: Porque da análise dos documentos que acompanham a proposta incluem a previsão da necessidade de investimento para dois mil e dezassete e acredito que esse investimento a implementar-se, trará nova sustentabilidade aos sistemas e que se traduzirão numa redução de custos que possivelmente, em defesa dos riomaiorenses, será presente no próximo ano, em tempo oportuno, para dois mil e dezoito.”-----

----- PONTO II - WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA. – PEDIDO DE LEVANTAMENTO DA MEDIDA CAUTELAR APLICADA PELA CÂMARA MUNICIPAL EM REUNIÃO DE 26/8/2016 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o requerimento e relatório de ensaio acústico datado de 18.11.2016, os pareceres emitidos pela UUPOTEP e GJCP em 24-11-2016, bem como a reclamação entrada na Câmara Municipal no dia 29.11.2016, alterar a medida cautelar de suspensão da atividade adotada na sua reunião de 26-08-2016 ao abrigo do n.º 2 do art. 27º do Regulamento Geral do Ruído, nos seguintes termos: -----

----- De 2ª a sábado antes das 9h00 e depois das 20h00; -----

----- Aos domingos e feriados antes das 10h00 e depois das 18h00. -----

Mais se propõe deliberar, considerando a reclamação apresentada no dia 29.11.2016, que a medida cautelar agora adotada se deverá manter até que seja efetuado novo teste acústico pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, entidade à qual deverá ser solicitada, de imediato, a avaliação acústica da atividade.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Inteveio para questionar algo que tem a ver com a necessidade de, haver, a cada momento, na vida coletiva, a necessidade de ter uma relação de confiança, pois se isso não acontecer está a minar-se as soluções e a confiança que ele próprio manifestava, resulta do facto, de o Executivo a que pertence, ter em relação a esta matéria, a maior das confianças nos estudos, nos técnicos e simultaneamente nas pessoas, daí que, querendo desenvolver o tecido económico, querendo o bem-estar das pessoas, a proposta apresentada neste momento, ainda que recebida, em cima da hora, confere uma possibilidade de encontrar uma solução, e a que é proposta, sendo uma solução transitória, tem em conta os dados que foram disponibilizados pela empresa, que, por vicissitudes, num segundo momento, não pode ter toda a leitura que assim pretendia e por outro lado permite ainda que a empresa não se possa queixar de não estarem a ser criadas condições para o seu desenvolvimento. Assim, considerou que tem de ficar clarificado que uma coisa é fechar a porta, outra coisa é encerrar a atividade, ou seja não pode haver dificuldades de compreensão pelos próprios, do que é fechar a porta e do que é fechar a atividade. Quanto ao Domingo opinou que poderia ir até às dezanove horas, mas devia ser encontrada uma solução, na base da concertação, que pudesse satisfazer ambas as partes, transitoriamente, sendo que o relatório da CIM vai trazer um “day after”, ou seja, esta situação de não clarificação de conceitos e na base da confiança, é uma bola de neve que vai acabar

na barra do Tribunal, sendo nessa perspectiva que todos estão disponíveis, porque se está numa relação de boa-fé, para encontrar o equilíbrio, entre a qualidade de vida dos cidadãos, o direito ao bem-estar e o desenvolvimento de uma atividade comercial no concelho.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Solicitou ao Dr. Henrique Granada para prestar esclarecimentos sobre as questões levantadas.-----

----- **DIRIGENTE DO GABINETE JURÍDICO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA** -----

----- Prestou os esclarecimentos solicitados.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que todos querem que a atividade seja exercida e que a Lei seja cumprida. Da análise feita aos documentos é por demais evidente o ambiente de crispação entre as partes e nesse sentido apenas desejava que as partes se envolvam mais na solução e menos no aprofundar do problema, sendo nessa base que o problema se resolve.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que iria votar favoravelmente a proposta de deliberação e discorda do Vereador Augusto Figueiredo quando este fala no alargamento do horário para mais uma hora, dado os trinta minutos de tolerância. Opinou que neste processo corre-se o risco, o que espera que não aconteça e que haja entendimento entre as partes, de o assunto ser constantemente presente a reunião de Câmara, salientando que existem locais próprios onde se resolvem questões entre particulares.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

---- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e vinte minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____